

TERMO DE REFERÊNCIA
(Decreto Legislativo n.º 06/2023, Título II, Seção III)

CCD: 14.01.04.02
Processo de aquisição

REQUISITANTE: Setor de Infraestrutura e Logística

1. Objeto da contratação

Contratação de empresa especializada para manutenção em extintores de incêndio.

2. Justificativa

Os prédios Principal e Anexo da Câmara Municipal de Piracicaba dispõem de extintores de incêndio dos tipos pó químico ABC, pó químico seco BC, dióxido de carbono (CO₂) e água, distribuídos em pontos estratégicos para a proteção de servidores, vereadores, visitantes, prestadores de serviços e do patrimônio público. A disponibilidade e a adequação desses equipamentos integram as medidas de prevenção e resposta inicial a princípios de incêndio, contribuindo para a evacuação segura e para a redução de danos pessoais, materiais e da interrupção das atividades legislativas e administrativas.

A presente contratação contempla duas soluções complementares: a aquisição de extintores novos de pó químico ABC de 4 kg, com e sem entrega de unidades usadas à base de troca, e a manutenção de nível II e/ou III dos extintores existentes de CO₂ de 6 kg, de água de 10 L e de pó químico seco BC 4 e 6kg. A aquisição permitirá renovar e complementar os equipamentos disponíveis, conforme as necessidades identificadas pela área requisitante. Na modalidade à base de troca, a entrega de igual quantidade de unidades usadas constitui condição comercial específica, que deverá ser considerada na formação dos preços; na aquisição sem troca, não haverá fornecimento de equipamentos usados pela Câmara.

A manutenção de nível II e/ou III dos extintores de CO₂ e de água visa conservar os equipamentos já integrantes do patrimônio da Câmara, mediante os procedimentos técnicos aplicáveis, com identificação e devolução das mesmas unidades retiradas, sem substituição definitiva por outros extintores. A diferenciação entre aquisição e manutenção permite especificar corretamente cada obrigação, verificar a conformidade dos produtos e serviços recebidos e conferir transparência à pesquisa de preços e à execução contratual.

A medida busca preservar a prontidão dos equipamentos, prevenir falhas em situações de emergência e atender às normas técnicas e aos requisitos de segurança contra incêndio aplicáveis, inclusive àqueles pertinentes à regularidade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). A execução deverá observar a ABNT NBR 12962 e os requisitos de conformidade pertinentes, com os registros e documentos necessários à fiscalização, sem prejuízo das demais exigências regulamentares.

Considerando que a retirada simultânea de extintores para manutenção pode deixar áreas temporariamente desprotegidas, deverão ser observadas as condições de retirada parcelada e de disponibilização de equipamentos temporários previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo de solução proposta pela contratada, desde que previa e expressamente aceita pela contratante. Assim, a contratação atende à necessidade de continuidade da proteção contra incêndio, à preservação dos bens públicos e à segurança das pessoas que utilizam as instalações da Câmara.

3. Forma de contratação

- 3.1.** Tipo de contratação: Licitação ou Contratação Direta, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos.
- 3.2.** Modalidade: Pregão Eletrônico ou Dispensa de Licitação, a ser verificada pelo Setor de Compras e Contratos
- 3.3.** Indicação da adoção ou não do SRP: Não
- 3.4.** Critério de julgamento: Menor preço
- 3.5.** Critério de adjudicação: Lote (Trata-se de serviço em equipamentos de mesma finalidade, porém, com especificações distintas, conforme justificado no item 2. Contudo, para melhor logística, organização e economia de escala, os extintores deverão ser recarregados pela mesma empresa).
- 3.6.** Permissão para subcontratação: Não

4. Requisitos do fornecedor

- 4.1.** A manutenção de extintores deverá ser realizada por empresa que possua registro ativo / válido no SBAC (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade), devendo apresentar documentação que comprove tal registro (INMETRO), e que conte com profissionais qualificados, ferramentas adequadas, local apropriado e equipamentos de análise e teste.

5. Prazo de vigência e prorrogação contratual

5.1. A vigência inicia com a publicação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Compras Públicas e seu prazo coincide com a execução do objeto e respectivo recebimento definitivo, observado o disposto no art. 111 da Lei 14.133/21.

6. Modelo de gestão

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato o servidor Thiago Gomes da Costa (e-mail: thiago.gomes@camarapiracicaba.sp.gov.br / telefone: (19) 3403-7100), e a gestão será feita pelo servidor Brígido Fernandes da Cruz Júnior (e-mail: brigido.cruz@camarapiracicaba.sp.gov.br / telefone: (19) 3403-6547), nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.3.1. A comunicação entre as partes se dará através dos telefones e e-mails indicados.

6.3.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre esta Casa e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. A Câmara poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

7.1. O início da execução contratual se dá a partir da divulgação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8. Obrigações da Contratada

8.1. Efetuar o fornecimento/execução do objeto, de acordo com as especificações que foram estabelecidas pela Câmara Municipal de Piracicaba;

8.2. Arcar com todas e quaisquer despesas, tais como, transporte, entrega e o descarregamento no local determinado, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, incidentes sobre o fornecimento/execução do objeto.

8.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até o fornecimento/execução do objeto, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

8.4. Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade, prazos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como a marca, modelo e demais condições constantes da proposta apresentada;

- 8.5.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei durante a vigência contratual;
- 8.6.** Designar, formalmente, um representante nos casos em que o ajuste se der por Contrato, com poderes para operacionalizar a execução do ajuste, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;
- 8.7.** Acatar as recomendações feitas pela fiscalização da Câmara, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimentos porventura solicitados;
- 8.8.** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 8.9.** Cumprir todas as disposições constantes neste Termo de Referência.

9. Regime de execução

- 9.1.** Prazo de execução: 05 (cinco) dias úteis
- 9.2.** Local de retirada / entrega: Prédio Principal – R. Alferes José Caetano, 834 – Centro – Piracicaba/SP – CEP 13400120
- 9.3.** Horário de retirada / entrega: de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.
- 9.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, por esta Casa, de forma sumária, no prazo de 01 (um) dia, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, pelo Fiscal/Gestor/Requisitante/comissão ou quem técnico designado, que emitirá o recebimento definitivo.
- 9.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.6.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade executada e consequente aceitação mediante termo detalhado ou ateste na nota fiscal.
- 9.7.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7.1. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato.

10. Penalidades

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial ou total do ajuste;
- II - Dar causa à inexecução parcial do ajuste que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - Não celebrar o ajuste ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do ajuste;
- VIII - Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do ajuste;
- IX - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XI - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- XII - Dar causa à inexecução total do ajuste.

10.2. Pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, a Câmara Municipal de Piracicaba poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não adimplida;

III - Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de Piracicaba, na forma do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.2.1. A sanção prevista no inciso I do item acima será aplicada exclusivamente pela infração prevista no inciso I do item anterior, caso não se justifique imposição de penalidade mais gravosa.

10.2.2. A sanção prevista no inciso II do item acima será aplicada por qualquer das infrações previstas no item anterior.

10.2.3. A sanção prevista no inciso III do item acima será aplicada pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item anterior, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As infrações administrativas serão apuradas através de processo sancionatório e todas as intimações e comunicações a respeito do referido processo se darão através do e-mail cadastrado no SICAF, comprometendo-se a licitante a manter atualizados esses dados.

10.5. No processo sancionatório também serão consideradas as disposições constantes no Ato da Presidência n.º 11/2024 (<https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/AtosPresidencia/11-2024/Arquivos/2>).

11. Forma de pagamento

11.1. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a apresentação da nota fiscal/fatura e documentos exigidos, se houverem, em até 15 (quinze) dias do atesto de recebimento definitivo pelo gestor.

11.1.1. Antes do pagamento, será procedida consulta online junto aos órgãos correspondentes, para verificação da situação dessa, relativamente à Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como demais documentos exigidos para assinatura do contrato ou que se fizerem necessários.

11.2. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de ordem bancária ou boleto, devendo para isto ficar explicitado na proposta ou nota fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12. Condições de reajuste

12.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis para um período de 12 (doze) meses, contados da data da elaboração do orçamento estimado.

12.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice a ser indicado pelo Setor de Compras e Contratos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas a ocorrência da anualidade.

12.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. O reajuste será aplicado para entregas/serviços realizados a partir do 1º dia do 13º mês.

13. Garantia contratual

13.1. Não será exigida garantia contratual para esta contratação.

14. Especificações técnicas e quantidades

LOTE ÚNICO			
ITEM	TIPO	MANUTENÇÃO / MODALIDADE	QTDE
01	ABC 4KG - Extintor de incêndio de pó químico ABC, capacidade de 4 kg. Fornecimento de equipamento novo e sem uso, com validade mínima de 5 (cinco) anos na entrega. Modalidade à base de troca: a Contratante entregará igual quantidade de extintores usados.	AQUISIÇÃO COM PERMUTA	25
02	ABC 4KG - Extintor de incêndio de pó químico ABC, capacidade de 4 kg. Fornecimento de equipamento novo e sem uso, com validade mínima de 5 (cinco) anos na entrega. Modalidade de aquisição sem entrega de extintores usados pela Contratante.	AQUISIÇÃO SEM PERMUTA	4
03	ÁGUA 10L - Extintor de incêndio de água, capacidade de 10 L – manutenção de nível II, com validade de 1 (um) ano após a	NÍVEL II	3

	execução. O serviço deverá ser realizado nos extintores existentes da Contratante, vedada a troca definitiva por outros equipamentos.		
04	PQSD 6KG - Extintor de incêndio de pó químico seco tipo BC, capacidade de 6kg – manutenção de nível III, com validade de 1 (um) ano após a execução. O serviço deverá ser realizado nos extintores existentes da Contratante, vedada a troca definitiva por outros equipamentos.	NÍVEL III	2
05	CO ₂ 6KG - Extintor de incêndio de CO ₂ , capacidade de 6 kg – manutenção de nível II, com validade de 1 (um) ano após a execução. O serviço deverá ser realizado nos extintores existentes da Contratante, vedada a troca definitiva por outros equipamentos.	NÍVEL II	14
06	CO ₂ 6KG - Extintor de incêndio de CO ₂ , capacidade de 6 kg – manutenção de nível III, com validade de 1 (um) ano após a execução. O serviço deverá ser realizado nos extintores existentes da Contratante, vedada a troca definitiva por outros equipamentos.	NÍVEL III	2
07	BC 4KG - Extintor de incêndio de pó químico seco tipo BC, capacidade de 4kg – manutenção de nível II, com validade de 1 (um) ano após a execução. O serviço deverá ser realizado nos extintores existentes da Contratante, vedada a troca definitiva por outros equipamentos.	NÍVEL II	1
08	BC 4KG - Extintor de incêndio de pó químico seco tipo BC, capacidade de 4kg – manutenção de nível III, com validade de 1 (um) ano após a execução. O serviço deverá ser realizado nos extintores existentes da Contratante, vedada a troca definitiva por outros equipamentos.	NÍVEL III	1

14.1. Cada um dos extintores deverá ser avaliado conforme as exigências da NBR 12.962, avaliados e ratificados através de seu Relatório de Manutenção, que deverá ser fornecido à Contratante.

14.2. A empresa contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para realização dos serviços, contados da retirada.

14.3. Caso haja extintor rejeitado, a contratada deverá proceder o reparo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da rejeição devidamente formalizada pela contratante.

14.4. A empresa deverá retirar os equipamentos que passarão por manutenção de forma parcelada, retirando até 07 (sete) extintores de cada vez, de acordo com a programação

estipulada pela Contratante. Desta forma, só serão liberadas novas retiradas após a devida entrega dos itens retirados anteriormente. Isto garantirá a segurança dos prédios e de seus ocupantes em caso de sinistro.

14.5. Entretanto, caso prefira e tenha disponibilidade, a contratada poderá retirá-los em sua totalidade, desde que forneça, em caráter temporário de substituição, a mesma quantidade equipamentos com especificações idênticas ao retirados, a fim de que os ambientes não fiquem desguarnecidos. Caso a contratada proponha outra solução quanto à retirada, esta deverá ser previa e expressamente autorizada pela contratante.

14.6. Para efeito de controle, no ato em que os equipamentos forem retirados será informada a numeração de cada um deles, com ateste da Contratada, devendo também ser conferido e atestado no momento de sua devolução.

14.7. A retirada e a entrega deverão ser realizadas no Almoxarifado da Câmara, situado à Rua Alferes José, Caetano, 834, Centro, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 17:00, exceto feriados e pontos facultativos.

14.8. O faturamento / emissão de nota fiscal deverá ser realizado (a) somente após a plena conclusão de todo serviço.

14.9. Todos os custos referentes ao transporte dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada.

14.10. O prazo de garantia / validade dos serviços deverá atender ao disposto na NBR 12.962.

15. Critérios e práticas de sustentabilidade (se for o caso)

15.1. A Contratada será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar à Câmara Municipal em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas à comercialização do objeto do presente Termo de Referência.

15.2. Os equipamentos/materiais/serviços objeto deste Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais.

15.3. Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública ocasionados pela contratação, caberá à Contratada observar as políticas socioambientais, principalmente

o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.

15.4. Não obstante, sem prejuízo do indicativo no presente Termo de Referência, a Contratada deverá, ainda:

15.4.1. Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades;

15.4.2. As embalagens dos equipamentos/materiais, quando possível, deverão ser feitas em material reciclável; e

15.4.3. Respeitar a legislação e as Normas Técnicas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO.

16. Preços unitários referenciais e totais por item

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

17. Valor estimado da contratação

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

18. Declaramos a impossibilidade de inclusão do objeto como item autônomo em algum processo licitatório da Câmara Municipal, na presente data;

19. Declaramos que não há existência de previsão de demanda, ainda no ano corrente, por itens que podem ser adquiridos conjuntamente àqueles que compõem o presente Termo, por este Requisitante;

20. A demanda consta no Plano de Contratações Anual (2026), disponibilizado no Portal da Transparência e no PNCP na alínea 301 e 306.

21. Estudo Técnico Preliminar

(X) Não consta, conforme justificativa a seguir, observado o art. 11 do Decreto Legislativo nº 6/2023.

III - a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração for previamente identificada a partir de processos de padronização, pré-qualificação e outros procedimentos similares.

Data da elaboração: 18/09/2026

Thiago Gomes da Costa
Agente Administrativo I

Brígido Fernandes da Cruz Júnior
Chefe do Setor de Infraestrutura e Logística